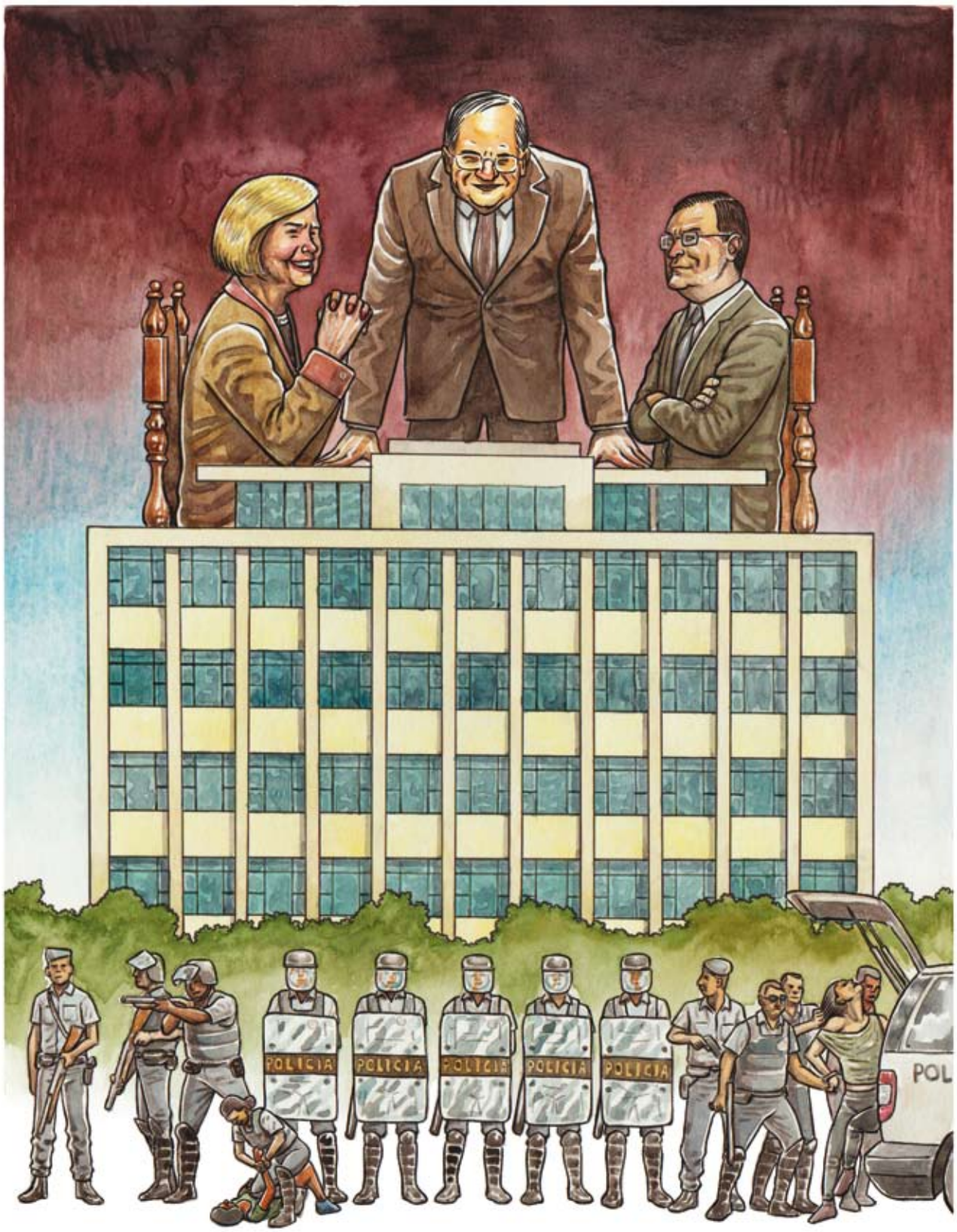
De Suely Vilela a J.G. Rodas e M.A. Zago,

A ESCALADA DA REPRESSÃO



Rodrigo Neves
Estagiário de Jornalismo

Nos últimos doze anos a USP testemunhou a construção de uma engrenagem institucional extremamente autoritária, cuja finalidade principal é esvaziar a discussão sobre o futuro do ensino superior público na USP e no Brasil. O resultado final das três últimas gestões reitorais é um refinado sistema de repressão política, que combina o produtivismo acadêmico, perseguições administrativas e judiciais e a ação da Polícia Militar. Esta se dá no cotidiano por meio do "Sistema Koban", que espiona movimentos sociais e age como tropa de ocupação dos campi. *Quando preciso, chama-se a Força Tática*

Quase dez anos antes das cenas de repressão em frente ao Co, o professor J. G. Rodas, da Faculdade de Direito (FD), já mostrava sinais dos procedimentos de que lançaria mão sempre que pressionado pelo movimento estudantil e outros movimentos sociais. Em agosto de 2007, na gestão reitoral de Suely Vilela, o futuro reitor ainda era diretor da Faculdade de Direito quando a unidade foi ocupada por manifestantes ligados à UNE, MST, Educafro e outras organizações, como parte da Jornada de Lutas em Defesa da Educação Pública. Os cerca de 300 ocupantes haviam feito um acordo com representantes da diretoria da FD de que a ocupação duraria apenas 24 horas, e que deixariam o prédio no dia seguinte. Porém, em plena madrugada, o local foi reintegrado com violência pela Tropa de Choque, a pedido do diretor. Todos foram detidos e encaminhados a uma delegacia. J.G. Rodas declarou ao *Informativo Adusp* que preferiu agir imediatamente porque tais movimentos "não são confiáveis" e que "nunca pensei que tivesse aluno lá dentro" (edição 243, *http://bit.ly/2wohvSI*).

Dois anos depois, a reitora Suely demonstraria compartilhar da mesma opinião. Em junho de 2009, uma greve de funcionários e estudantes ganhava força ao exigir o reajuste salarial, o fim da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) e a readmissão de Claudionor Brandão, diretor do Sintusp demitido no ano anterior. (Apesar de Brandão ter sido absolvido em processo criminal, a gestão Suely agiu na contramão da justiça e o demitiu por "justa causa" ao final de um processo administrativo disciplinar.)

Acuada com a greve, a reitora pediu a intervenção da Polícia Militar para lidar com os piquetes de funcionários. A autorização para tanto partiu do Conselho Universitário (Co), por proposta de, ele mesmo, J.G. Rodas. A presença da PM com fins repressivos na USP foi oficialmente liberada, fato que não acontecia desde a Ditadura Militar. Em repúdio, a mobilização cresceu entre os outros setores e os docentes aderiram à greve.

Na mesma semana em que PM passou a intervir dentro do *campus*, um ato com cerca de 500 pessoas marchou em direção à Rua Alvarenga. Quando o protesto retornava ao *campus*, a Força Tática e a Tropa de Choque reprimiram o ato sem motivo, transformando a manifestação política pacífica em uma batalha campal. Por mais de

Fotos: Daniel Garcia

Reitora Suely Vilela

2009: contra funcionários e estudantes a PM usou até metralhadora

uma hora, os manifestantes foram perseguidos no interior da Cidade Universitária até se verem acuados dentro do prédio da História e Geografia, cercados por policiais e helicópteros. A Adusp propôs a "renúncia imediata" de Suely (*http://bit.ly/2woB8tY*).

A cena de uma universidade sitiada, agredida e humilhada chocou a comunidade da USP, mas passaria a ser ofuscada pelas ações do próximo reitor. Após o assassinato de um estudante da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) que reagiu a um assalto noturno em maio de 2011, J.G. Rodas aproveitou o sentimento de insegurança decorrente da tragédia para celebrar, em setembro seguinte, um convênio com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) que definia a fixação de um contingente de 30 soldados da PM na Cidade Universitária. A partir daí, a presença policial tornou-se regra e não mais exceção.

No entanto, até o fim da gestão da Rodas, a ocorrência de crimes no *campus* do Butantã continuou a aumentar, demonstrando a falácia das suas alegações em favor do convênio com a SSP. A iluminação, pressuposto elementar de uma política de prevenção, continuou deficitária

Antonio Candido e Marilena Chauí no ato de repúdio à invasão protagonizada pela PM

por dois longos anos, e o contingente da Guarda Universitária (GU) continuou minguando, sem ampliação e nem mesmo reposição de aposentados.

No dia 8 de novembro de 2011, a PM mobilizou mais de 400 homens do Batalhão de Choque e da Cavalaria, do GATE e do GOE para reintegrar o prédio da Reitoria. Alunas denunciaram que foram torturadas. Foram detidos 73 estudantes

Não demorou mais de um mês após a assinatura do convênio para surgirem relatos de abordagens truculentas e arbitrárias da PM dentro da Cidade Universitária, como o de um aluno da ECA enquadrado por "olhar feio" para policiais. A gota d'água se deu no dia 27 de outubro de 2011, quando três estudantes da FFLCH foram detidos no prédio da História por posse de maconha. A ação foi imediatamente questionada por um protesto espontâneo de cerca de 300 estudantes, que tentaram impedir que os colegas fossem levados para uma delegacia. A PM reagiu e iniciou um confronto. No mesmo dia a diretoria da FFLCH foi ocupada pelo movimento estudantil e, dias depois, o prédio da Reitoria.

J.G. Rodas respondeu ao movimento como em 2007, desta vez utilizando o cargo de reitor para empregar ainda mais força e truculência. No dia 8 de novembro de 2011, a PM mobilizou mais de 400 homens do Batalhão de Choque e da Cavalaria, do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) e do Grupo de Operações Especiais (GOE) para reintegrar o prédio ocupado por 73 estudantes. Alunas denunciaram que foram torturadas por soldados da PM. Desproporcional, espetacular, truculenta, a ação que resultou na detenção de todos os ocupantes recebeu o repúdio de grande parte da comunidade acadêmica. Os estudantes decretaram greve, que permaneceu até janeiro de 2012. Contudo, aproveitando-se do período de férias e do refluxo da mobilização, o reitor decidiu eliminar qualquer resquício de resistência democrática, recorrendo a medidas administrativas persecutórias.

Daniel Garcia

J.G. Rodas (primeiro à esquerda) e outros candidatos a reitor(a) enfrentam protesto durante debate na FFLCH, em 2009

Em dezembro de 2011, na sequência da reintegração de posse da Reitoria, a Reitoria expulsou seis estudantes, que supostamente haviam participado da ocupação de salas da então Coseas, hoje Superintendência de Assistência Social (SAS), responsável pelo Conjunto Residencial (Crusp). A reivindicação dos ocupantes era que as salas fossem cedidas para moradia. No Carnaval de 2012, aproveitando o esvaziamento do *campus*, convocou novamente a Tropa de Choque, desta vez para reintegrar a Coseas, "operação" que resultou na detenção de 12 estudantes.

A estratégia de J.G. Rodas combinou o uso da força bruta com a criminalização dos movimentos, por meio da multiplicação de processos internos ou judiciais. Em 2012, ele chegou a interpelar judicialmente a diretoria da Adusp, com base na interpretação esdrúxula de um editorial publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. A interpelação foi arquivada pelo justiça. No mesmo ano, os alunos detidos nas reintegrações de posse do prédio da Reitoria (73) e da Coseas (12) passaram a ser intimados para depoimentos em processos administrativos disciplinares (PAD) completamente controlados pela gestão Rodas e conduzidos por um novo órgão, sinistramente designado, a "Procuradoria Disciplinar". Nesse contexto, o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) também não saiu ileso: cinco de seus diretores foram objeto de PAD por terem "atentado contra a liberdade de trabalho", por "dano qualificado", "provocação de tumulto" e "conduta inconveniente".

A postura ditatorial de J.G. Rodas foi azeitada por mudanças na estrutura da universidade. Tendo criado a Superintendência de Segurança (como órgão superior da GU), o reitor anunciou que três coronéis reformados da PM ficariam responsáveis pelo órgão. Também reformulou a antiga Consultoria Jurídica da universidade, transformando-a em Procuradoria Geral (PG), momento

Fotos: Guilherme Minoti

Tropa de Choque da PM reintegra Reitoria em 2011. No ônibus, os alunos presos

em que surge a Procuradoria Disciplinar. Tornou-se comum, nos PAD, os réus não terem ciência dos motivos de acusação, sendo obrigados a provar sua inocência, o que retirava do acusador, no caso a Reitoria, o ônus da prova. Tais medidas expõem a concepção de justiça compartilhada por todos os últimos reitores da USP, que sobrepõe as normas da universidade à própria Constituição.

Como se não bastasse tudo isso, J.G. Rodas também organizou uma estrutura clandestina para espionar entidades e movimentos sociais atuantes na USP. O aparato ilegal de espionagem foi revelado a partir de documentos apresentados pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL). Nestes relatórios, agentes externos à universidade descrevem detalhadamente o envolvimento de estudantes e funcionários com atividades políticas. A espionagem era planejada pela "Sala de Crise", órgão inexistente no organograma institucional da universidade e comandado por Ronaldo Pena, então chefe da segurança, que se reportava a ninguém menos que o chefe de Gabinete, professor Alberto Carlos Amadio (vide *http://bit.ly/2voOQIJ*).

"Foi muito difícil o período da greve por cobranças da Reitoria para que a GU agisse de forma bastante policialesca em relação aos manifestantes. A Reitoria demandava uma GU que se opusesse aos manifestantes", relata Ana Lúcia Pastore

Como vimos, no período final da gestão Rodas, o então pró-reitor de Pesquisa, M.A. Zago, construiu sua campanha eleitoral de reitor prometendo o diálogo com a comunidade acadêmica, aproveitando-se da antipatia generalizada suscitada por seu predecessor (**vide p.6 e seguintes**). Alçado ao cargo, iniciou seu mandato sinalizando possíveis avanços na área de segurança ao nomear a professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, de perfil progressista, para a nova Superintendência de Prevenção e Proteção (SPP), antiga Superintendência de Segurança.

"Resolvi aceitar o desafio, até porque naquela circunstância de início da gestão havia uma expectativa de que as promessas de campanha avançassem da melhor ma-

neira: diálogos diretos com a comunidade, propostas de integrar vários setores nesse diálogo", relembra a professora. "Claro que também logo percebi que havia a intenção de, ao substituir três coronéis por uma mulher antropóloga, formada em Direito e atuante em direitos humanos, havia a intenção de fazer disso uma vitrine da gestão reitoral que começava. Mas eu não achei que eu seria só uma vitrine e de fato levei muito a sério o desafio de, por exemplo, conhecer a GU, que eu não conhecia".

Nos meses seguintes, Ana Lúcia organizou reuniões e encontros com membros da GU, que se mostravam animados com a substituição dos coronéis, pois estes haviam imposto uma lógica policial à guarda. A partir destas conversas, Ana Lúcia começou a planejar uma proposta de renovação da GU, focada na reaproximação com a comunidade acadêmica. Dentre as mudanças defendidas estava a criação de um Conselho de Segurança e Prevenção, formado por docentes, discentes e entidades universitárias.

Reprodução

Mensagens | Compor | Pastas | Busca | Correio dinâmico | Contatos | Opções | Abrir Pasta | Mensagens
Problema | Ajuda | Sair

Situação da Quota: 381,18 MB / 1000,00 MB (38,12%)

Mensagens: Reunião CO (3 de 378)

Marcar como: | Mover | Copiar Esta mensagem para | Retornar para Mensagens
Excluir | Responder | Encaminhar | Redirecionar | Ver Discussão | Recusar Remetente | Admitir Remetente |
Código Fonte | Salvar como | Imprimir | Cabeçalhos

Data: Mon, 17 Oct 2011 11:42:09 -0200 (11:42:09 BRST)
De: Ronaldo <repena@usp.br>
Para: acamadio@usp.br <acamadio@usp.br>
Assunto: Reunião CO

Professor Amadio

Reunião do Sintusp
Informações que interessam:
1) Discutiram a baixa adesão ao movimento inclusive sobre a reunião das creches na última sexta-feira.
2) Os alunos dos grupos radicais apoiarão o magunifesto no C.O. amanhã
3) Do lado de fora à partir das 12 horas irão fazer um manifesto com carro de som portaria A
4) A Malu propôs parar a Cocesp, usando do argumento da privatização dos ônibus. (não teve apoio)

No C.O.

5) Um membro do Sintusp no C.O. lerá um termo de protesto da Faculdade de Direito sobre a questão votada contra o Reitor. E sua ?farsa? de apoio dos diretores a ele e parte do governo Alckimim.
6) Um membro dos estudantes lerá um texto de protesto de professores FFLCH e Faculdade de Educação contra o Reitor falando sobre sua ligação com a direita e a burguesia, segundo eles a placa indicando a revolução de 64 é um pensamento retrógrado dele, além disso apresentarão um manifesto de quando o Reitor participou da comissão de mortos no Governo FFHC durante e ditadura que segundo eles ele votava contra o pagamento de indenizações aos mortos.
7) Outro membro lerá um termo contra a presença da PM no Campus, informando que policiais estão prendendo alunos os algemando e levando ao D.P. (a única situação que ocorre foi na semana retrasada quando alunos da Poli foram surpreendidos com uma porção de maconha fazendo uso e foram conduzidos ao D.P.)

Ficaremos atentos aos movimentos. Alunos e sindicalistas com tons agressivos.

Somente esses assuntos.
Os demais tocaram em assuntos referente a greves dos bancários e outros.

Ronaldo Pena

Diretoria da Divisão de Operações
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - BRASIL

www.usp.br/gets
11- 3091 4971

Se precisar deixar recados urgentes ligue para
Sra. Gislene, secretária
Segunda a Sexta das 08.00 as 11.00 das 13.00 as 16.00h
Fone 3091 - 1615 ou 3091 - 4971
Nextel 15*34433

ou envie uma cópia de seu email para gdn@usp.br

Excluir | Responder | Encaminhar | Redirecionar | Ver Discussão | Recusar Remetente | Admitir Remetente |
Código Fonte | Salvar como | Imprimir | Cabeçalhos
Marcar como: | Mover | Copiar Esta mensagem para | Retornar para Mensagens

"Sala de crise": esquema clandestino de espionagem chefiado pelo professor Alberto Carlos Amadio

Poucos meses depois, com o início da greve de 2014, os conflitos entre o reitor e a então superintendente começaram a surgir. "Foi muito difícil o período da greve por conta de cobranças da Reitoria para que a GU agisse de uma forma bastante policialesca em relação aos manifestantes, fossem eles funcionários, estudantes ou docentes. Foi aí que começaram os ruídos de comunicação com a Reitoria, que demandava uma GU que se opusesse aos manifestantes", relata Ana Lúcia. "As cobranças que começaram foram no sentido de que houvesse guardas em pontos estratégicos [do *campus*]. Interferiam diretamente na proposta que eu estava tentando construir por uma nova GU, que voltasse a usar bicicletas, que tivesse um contato direto com os estudantes para orientar, prevenir".

Protesto estudantil no centro de São Paulo

Professora Ana Lúcia Pastore

Fotos: Daniel Garcia

Além das exigências do reitor em relação à greve, a situação da GU piorou com o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que reduziu o número de guardas ao mesmo tempo em que Ana Lúcia lutava para que o contingente pudesse contar com agentes femininas. Somou-se a isso a divulgação, em 2014, dos diversos casos de estupro acobertados pela Faculdade de Medicina (FM). "Isso foi muito preocupante e no mesmo período fiquei conhecendo melhor o quanto a FM funcionava totalmente à parte da GU. Ou seja, a GU não tinha acesso à FM, embora funcionários que constavam ainda como guardas tivessem uma organização interna lá dentro", explica a professora. "Minha última conversa com o reitor foi sobre isso e a importância da GU ter acesso à Medicina, que a GU pudesse atuar ali como atua em qualquer outro *campi*. Foi uma conversa muito difícil, uma reunião de dirigentes. O reitor não olhou no meu rosto, ficou digitando no celular o tempo todo. Aí eu tirei férias e quando voltei fui exonerada".

No lugar de Ana Lúcia foi nomeado um aliado do reitor, José Antônio Visintin, diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ). No mesmo ano, 2014, foi apresentado pela Reitoria e pela PM o "Sistema Koban", fundamentado em uma proposta de patrulha-

Grade da ECA: agressão à comunidade e aos movimentos sociais

Fotos: Daniel Garcia

mento "preventivo e comunitário" com "observância irrestrita aos princípios de direitos humanos", objetivando que "os policiais militares e a comunidade acadêmica se conheçam e se familiarizem, angariando confiança mútua". Na prática, a implementação do Sistema Koban significou um aumento do contingente da PM dentro da universidade, somado à progressiva redução do contingente da GU.

As barbaridades de 7 de março não foram as primeiras, nem as últimas provocadas pelo reitor. Em junho de 2016, a Tropa de Choque usou bombas de gás e balas de borracha contra uma reunião estudantil no Crusp. E em abril de 2017 policiais da Rocam quebraram o braço de um jovem na FFLCH

Na repressão ao protesto realizado em 7 de março de 2017 contra a votação dos "Parâmetros", o agrupamento Koban atuou ativamente no apoio à Força Tática, agredindo, dispersando e detendo manifestantes. Entretanto, coube ao pelotão de choque da Força Tática, dotado de coletes e armas de grande poder ofensivo, protagonizar as iniciativas mais ostensivas e brutais de ataque ao ato organizado por Adusp, Sintusp e Fórum das Seis (**vide reportagem na p.108**). De qualquer modo, não foi a primeira vez, nem a última, em que o reitor pediu a intervenção policial para lidar com movimentos políticos.

Em 16 de junho de 2016, a Tropa de Choque fora convocada para reprimir um pequeno grupo de estudantes que se reunia no Crusp para discutir a ocupação dos blocos K

e L, onde localiza-se hoje parte da administração da USP. Todo o Crusp foi cercado e atingido por bombas de gás e balas de borracha, o que deixou aterrorizados moradores (alguns dos quais residem ali com os filhos pequenos) e outros estudantes que sequer sabiam o que estava acontecendo. Cinco alunos foram detidos.

Novos casos importantes de repressão violenta na USP voltaram a ocorrer em 2017, na data da greve geral, 28 de abril. O Koban foi requisitado para proteger as grades erguidas pela Reitoria em torno da praça da Escola de Comunicações e Artes (ECA), a "Prainha". Terminou prendendo um aluno, em episódio que gerou um PAD contra três estudantes (**vide p.119**). Nesse mesmo dia, pouco tempo depois, o estudante de cursinho Caio Fucidji foi cercado por policiais em motocicletas (Rocam) quando deixava o prédio da FFLCH com uma faixa dobrada nas mãos. "Eles gritavam 'solta a faixa!' e começaram a me bater com cassetete. Nem vi quem foi, porque veio de trás. Me bateram nas costas e nos dois braços. Na hora, nem percebi a dor. A polícia arrancou a faixa da nossa mão e mandou a gente ir embora", descreve Caio, que apenas ao receber atendimento médico ficou sabendo que sofreu uma fratura no braço direito, em decorrência dos golpes sofridos.

No começo deste ano, o reitor alvejou o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), com a finalidade de despejá-lo de sua antiga sede, situada, por décadas, ao lado do prédio da Reitoria, na "Prainha" da ECA — que sempre foi o espaço de vivência dessa unidade e é referência para as atividades do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (CALC). Após obter mandado judicial para a reintegração de posse do prédio, a Reitoria deparou-se com a resistência do Sintusp, que recebeu ampla solidariedade interna e externa à USP, e a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT), que agiu em favor de uma solução negociada. Assim, o reitor optou por intimidar funcionários e estudantes, erguendo altas grades, ao custo de R$ 631 mil, para cercar a "Prainha", espaço de grande valor simbólico para ambos os segmentos.

"No dia 2 de janeiro, eles começaram as instalações das grades. Parecia uma provocação. Nesses primeiros dias de janeiro, grande parte da USP está vazia, sem estudantes. Instalaram as grades em questão de dez dias. O próprio chefe de Gabinete disse: 'Vocês mesmo não vão querer ficar enjaulados lá'. É como quem diz: 'Esta é a provocação, se virem'. Porque eles sabiam que a gente iria resistir. Foi então que eles começaram a usar polícia armada", explica Neli Wada, diretora do Sintusp. A funcionária, assim como outros diretores do sindicato, teve que conviver diariamente com a presença ostensiva de PMs armados, durante e após a construção das grades.

A Reitoria não conseguiu expulsar o Sintusp da Cidade Universitária e teve de lhe ceder uma nova sede. Mas os movimentos continuam na mira da Reitoria. Casos recentes de PAD: 3 alunos, por tentativa de derrubada da grade da ECA, e 9 alunos do *campus* de São Carlos, por ocupação da Prefeitura

O CALC, da ECA, que dividia o prédio com o Sintusp, também foi afetado pelas grades. "Em um primeiro momento tentamos impedir que a grade fosse instalada, mas os operários da construtora contratada pela Reitoria voltaram junto com a Força Tática e o policiamento Koban, aparecendo inclusive com metralhadoras. A grade foi construída nessas condições", diz Marcos Hermanson, estudante de Jornalismo e diretor do CALC. "Houve uma reunião com o reitor logo após a construção da grade. Ele nos disse que em primeiro lugar queria que o sindicato saísse. Disse que os nossos espaços não estavam ameaçados e que a grade estava ali para nos proteger, proteger os alunos e proteger a Reitoria, que estava muito vulnerável a convulsões, para usar o termo que ele mesmo utilizou", descreve Hermanson.

Mesmo com uma correlação de forças desfavorável, a campanha do Sintusp para não ser expulso de sua sede histórica foi parcialmente vitoriosa: graças à firme atuação do MPT, a Reitoria precisou ceder uma sede alternativa. Em vez de ser obrigado a deixar a Cidade Universitária, o sindicato conquistou o direito de se mudar para um conjunto de salas na Prefeitura do *Campus*. As grades da ECA, entretanto, continuam a dificultar a organização política dos estudantes da unidade. "O uso do espaço foi muito limitado. O acesso está dificultado — a única entrada e saída [da Prainha] é o prédio central da ECA. O prédio fecha depois das 23 horas e tudo o que quisermos fazer depois desse horário tem que ser negociado com a diretoria, o que

Daniel Garcia

Neli Wada, diretora do Sintusp

não acontecia antes. Conseguimos manter as festas, mas eles impuseram coisas que para nós são absurdas: controle de acesso, horário para a festa terminar", diz Hermanson.

Outros centros acadêmicos, como os do Instituto de Física (Cefisma) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (GFAU), também sofreram com processos que tentaram retirar o direito de alugar espaços para restaurantes, dificultando o seu autofinanciamento, em claro ataque à organização política dos estudantes (as fundações privadas ditas "de apoio" que utilizam próprios da USP não foram incomodadas). A perseguição institucional e judicial é um legado deixado por seus predecessores, que M.A. Zago aperfeiçoou. No caso do IF, sofreu um revés: a Congregação decidiu apoiar o Cefisma e reconhecer o arranjo em vigor.

"A gestão mais árdua e pesada" em matéria de repressão judicial é a atual, segundo Neli, do Sintusp. "Porque além dos processos administrativos que ele abre como [J.G.] Rodas e Suely abriam, ele usa a justiça trabalhista para tentar demitir dirigentes sindicais por justa causa. Cada vez que tem manifestação, chovem boletins de ocorrência na 93ª [Delegacia de Polícia], você passa por averiguações. Eu respondo a processo criminal, o Brandão, o Magno [diretores do Sintusp] respondem". Neli aponta também outra tática habitual do reitor: "Cada vez que é anunciada no boletim do Sintusp uma manifestação, ele se antecede e entra com reintegração de posse de prédios da USP. Eles não estão ocupados, ele prevê. Então às vezes você vai à delegacia responder por uma coisa que sequer ocorreu. Existe uma antecedência da criminalização".

Os estudantes que participam de movimentos também continuam na mira da Reitoria. Um caso recente envolve nove alunos da USP de São Carlos, que estão sofrendo um PAD em represália à ocupação da Prefeitura do *Campus*. Há o agravante de que o prédio foi desocupado após acordo, no dia 12 de abril, entre os estudantes e dirigentes locais da universidade, de que não haveria sanções aos estudantes que participaram da ação. "É um sentimento de bastante indignação e raiva, porque quando a gente fez a negociação o processo já tinha sido aberto um dia antes", explica o estudante de engenharia Mateus Fumes, que é um dos processados.

Diante desta escalada repressiva, não restam dúvidas que M.A. Zago ultrapassou o já exacerbado nível de autoritarismo de seus antecessores. Neli, há 32 anos na USP, não tem dúvidas quanto ao que diferencia o atual reitor dos seus antecessores: "A repressão muda suas características e hoje é mais perversa", o reitor "tem polícia própria, processo criminal, processo administrativo, processo trabalhista e tem o que eu acho mais grave: um repúdio às entidades sindicais que eu nunca vi em toda minha vida. Ele tem ódio de classe".